

# A quem serve o projeto do Rio Madeira?

Entrevista Luis Fernando Novoa Garzon, sociólogo

Há em discussão no país projetos vultosos, vinculados a empresas e corporações nacionais e transnacionais, e que têm em comum a grandiosidade e uma persistente resistência de movimentos sociais, não menos grandiosa, embora muitas das vezes diluída no noticiário da grande mídia, quando não silenciada ou caricaturizada. Este é o caso, por exemplo, dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira, reduzidos a problemas dos bagres quando, na verdade, dizem respeito à soberania nacional, ao uso e/ou à preservação de nossa biodiversidade e territorialidade, ao mesmo tempo em que à apropriação deste uso por interesses privados, transnacionais e hegemônicos.

Para tratar deste assunto, o JE ouviu o sociólogo Luis Fernando Novoa, que é professor da Universidade Federal de Rondônia e membro de entidades como a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Ele defende o ponto de vista do Movimento dos Atingidos por Barragens, que indaga se projetos como estes são para atender interesses nacionais ou transnacionais? E afirma: "O Projeto do Complexo Madeira é uma encomenda privada, corporativa e transnacional, que se for licenciado como está, consolida o desmonte do processo de licenciamento ambiental no país". A seguir, a íntegra da entrevista, concedida via correio eletrônico.

**JE - O prazo para a concessão da licença ambiental para os projetos de construção das duas hidrelétricas no Rio Madeira é agora, no meio do ano. Contudo, pairam imprecisões e divergências de versões a respeito da necessidade desses projetos serem executados praticamente no meio da Amazônia. Qual o seu ponto de vista sobre a real necessidade desses projetos: para quem eles são necessários e o que eles podem representar para a Amazônia?**

Luis Fernando Novoa Garzon - Do ponto de vista da expansão da geração de energia, no curto e médio prazos, pode ser um atalho que supriria, até 2012, metade do acréscimo necessário, ou seja, 6,5 mil MW, observando-se o possível ritmo de crescimento do país nesse período. O problema a considerar é que a decisão sobre a realização das usinas do Madeira vai muito além do planejamento energético nacional. O abastecimento energético é apresentado como motivo isolado, quando na verdade sabemos que esse novo ciclo de grandes projetos de infra-estrutura pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores. O projeto do Complexo Madeira, por exemplo, é composto por 4 hidrelétricas que viabilizam a bifurcação da hidrovia, rio acima, em direção ao Pacífico. Esse projeto está listado no "Eixo Peru-Brasil-Bolívia", da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa financiado em

grande parte pelo capital do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. E o governo simplesmente omite essa vinculação, apresentando tão somente duas Usinas, o que, para fins de licenciamento, já constitui uma irregularidade, pois só é possível avaliar os impactos na sua cumulatividade, em toda a área de influência e de abrangência, de forma que poder público e sociedade possam construir mecanismos de controle e planejamento sobre todo o território a ser modificado. O Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo relatório, apresentados pelo Consórcio Furnas/Odebrecht, não incluem estudos sobre a bacia do Rio Madeira em seu conjunto, e simplesmente ignoram os impactos da hidrovía e da Linha de Transmissão de mais de 1.500 km até Cuiabá. O fato de o Governo não querer tornar transparentes os efeitos conjuntos do Projeto do Complexo Madeira, incluindo os transfronteiriços, na Bolívia e no Peru, revela que está em curso uma oficiosa transferência de soberania sobre a Amazônia Ocidental para grupos privados oligopolistas, posicionados no mercado mundial.

**JE - Os conflitos de interesses têm sido apresentados, quando não caricaturizados pela grande mídia, como problema de procriação dos bagres e da elevada sedimentação do leito do rio. Quais são os reais riscos ambientais para a região, para as populações e para a sociedade brasileira que a execução desses projetos implica?**

Novoa - Reitero que o risco maior seria o precedente de licenciarmos um projeto com tantas omissões e renúncias de regulamentação pública e de controle social. O Projeto do Complexo Madeira é uma encomenda privada, corporativa e transnacional, que se for licenciado como está, consolida o desmonte do processo de licenciamento ambiental no país. Daí a aliança da ABDIB, das transnacionais do setor elétrico e do setor privatista instalado no Governo, em defesa da agilização do licenciamento do Complexo Madeira, que representa uma chave de acesso para a utilização de todo o potencial hidráulico da Amazônia de forma incondicional. Além disso, seria uma porta aberta para a atração de investimentos estrangeiros diretos, em grandes projetos de infra-estrutura com grande poder de remodelação territorial.

A perda de salvaguardas da população diante dos grandes projetos de infra-estrutura tornou-se condição prévia para viabilizar, do ponto de vista financeiro, esses empreendimentos. A forma como negligenciam o risco de sedimentação e de assoreamento dos reservatórios, em um rio com um dos maiores índices de escoamento de partículas sólidas do planeta, revela que os empreendedores querem mesmo a obra pela obra, independentemente da economicidade ou da vida útil das usinas. A contratação de um especialista internacional, com recursos do Banco Mundial, serviu para remendar os estudos, mas não elimina as incertezas de fundo. A mortandade de peixes, com o desaparecimento de espécies e empobrecimento da cadeia alimentar, é o efeito mais gritante das barragens. O Rio Madeira - pela sua extensão e volume, por suas características físico-químicas únicas, pela sua vazão diferenciada, alternando corredeiras e remansos - é um enorme acervo de biodiversidade em ictiofauna, com cerca de 500 espécies de peixes catalogadas.

E ao longo do Madeira, milhares de famílias estabeleceram suas raízes, vivendo da pesca e do extrativismo. A redução de um bioma tão rico e complexo, do qual dependem inúmeras comunidades tradicionais, à questão do "bagre", retrata a forma cega e irresponsável como o poder público vem conduzindo o licenciamento das Usinas do Madeira.

**JE - Considerando a necessidade de aumento da capacidade energética do Brasil, em especial, a energia mais limpa, como a hidroeletricidade, quais as alternativas que o país dispõe para prescindir de um projeto deste porte - meia Itaipu - em plena Amazônia?**

Novoa - O lobby do setor elétrico, associado ao senso comum, procura consolidar a visão de que a hidroeletricidade é uma fonte "limpa". Na verdade, é preciso perguntar em qual escala e em que região se obtém tal fonte. Grandes represamentos em áreas de vegetação muito densa como a Amazônia não podem ser considerados, a priori, "limpos", muito pelo contrário, pois grandes áreas de vegetação alagadas proporcionam grande emissão de gases estufa. Mega-represas modificam drasticamente o regime hidrológico, comprometem a qualidade da água, restringem a cadeia alimentar dos peixes, favorecem a proliferação da malária e a contaminação por mercúrio, deslocam milhares de pessoas, desfiguram culturas tradicionais e desorganizam ainda mais as cidades próximas. A aprovação do Projeto das Usinas no Rio Madeira representa um salvo-conduto para o aproveitamento total do potencial hidrelétrico da Amazônia. Podemos até tomar essa decisão, desde que assumamos antes os custos disso, que se façam estudos honestos para mensurá-los e que haja transparência para que a sociedade possa avaliar e interferir. Antes de tudo, é a própria necessidade de expansão da geração elétrica do "país" que precisa ser avaliada no mérito. Não há um "país", genericamente falando, mas, sim, setores econômicos mais dinâmicos que vocalizam seus interesses de forma hegemônica. No caso do Brasil, os setores exportadores de commodities é que demandam mais energia para

ampliar sua escala de produção e de escoamento de matérias-primas para o mercado externo. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é quem melhor coloca essa questão, nos seus devidos termos: mais energia para aprofundar o processo de reprimarização da economia brasileira e sua especialização regressiva na divisão internacional do trabalho? Ou mais energia para a dinamização do mercado interno, com ênfase na distribuição de renda e na inovação tecnológica? E existem saídas de curto prazo menos impactantes à disposição, como a repotencialização das usinas mais antigas e a aplicação de programas de eficiência energética, que disponibilizariam um adicional equivalente ao que produziria o Madeira, com um custo muito menor.

A energia do Madeira é uma energia cara até mesmo do ponto de vista estritamente operacional, pois ela precisaria ser deslocada por milhares de quilômetros para chegar aos principais centros de consumo.

Além disso, sendo usinas a fio d'água em um rio com regime hídrico tão contrastado, haveria um grande desnível de produção nas estações secas. Decididamente, não é o fornecimento energético que justifica a prioridade que essas usinas estão recebendo.

**JE - Qual o seu ponto de vista sobre o PAC? Em que medida e dimensão ele altera ou não a política econômica que vem sendo conduzida pelo atual governo?**

Novoa - O PAC expressa o que um Estado-nação desmontado ao longo de duas décadas de políticas neoliberais pode almejar, em termos de desenvolvimento. Ou seja, o crescimento do que aí está, do processo de desindustrialização ou, se preferirem, do processo de especialização regressiva da estrutura industrial do país. A recuperação do papel intervencionista do Estado se dá a favor dos grandes conglomerados. Basta ver quais setores se beneficiam diretamente com as obras listadas no PAC: o agronegócio, o setor eletrointensivo e as grandes cadeias de serviços de infra-estrutura. A seletividade na

destinação de recursos e subsídios está sendo orientada pelo FMI, através da ampliação dos PPIs, projetos piloto de investimentos. Os PPIs, que definem a lógica dos projetos do PAC, representam uma folga fiscal para investimentos em infra-estrutura voltados para exportação e para o retorno financeiro.

Os projetos do PPI/PAC serviriam, portanto, não para retomar o crescimento com base no mercado interno, mas para aumentar a produtividade; serviriam para ampliar os saldos comerciais através da super-exploração dos recursos naturais e não da agregação de valor. Esses projetos, e o projeto do Complexo Madeira, em particular, são "negócios da China" para atrair investimentos estrangeiros, para que continuem vindo e mandando cada vez mais, melhorando assim a chamada confiabilidade do país frente ao sistema financeiro internacional. A posição do Ministério de Minas e Energia de limitar a participação das estatais no anunciado leilão do Madeira e dispor do BNDES para escorar os consórcios privados interessados nas obras deixa claro que estamos diante de mais um ato de sacrifício voluntário da nossa soberania potencial. A questão ambiental é mera cortina de fumaça, que esconde uma operação nebulosa de transferência de poder operativo e regulatório sobre nossos recursos, povos e territórios, para grandes empresas e bancos internacionais.

**JE - Como, em seu ponto de vista, deve-se desenvolver a economia em uma região tão rica em biodiversidade e tão visada pelas potências mundiais, como a Amazônia? Como situaria a Amazônia e, por extensão, o Brasil, na disputa mais ampla que se dá na geopolítica mundial?**

Novoa - Em primeiro lugar deveria haver de fato uma política científica e tecnológica no país e, dentro dela, prioridade absoluta para a Amazônia. O avanço desordenado da fronteira agrícola na região, sua urbanização caótica, a ausência do Estado em benefício da interferência desarticuladora de grupos econômicos privados na região, compõem cenário de ponto final do país.

A Amazônia reduzida à fonte energética, estoque de matérias-primas e eixo viário entre os dois oceanos, refletiria uma derrota histórica de nossos povos, do Brasil e da América do Sul, condenados previamente a um papel servil e neocolonial no mundo, sem destino próprio. Nossa tarefa é tentar resgatar e recriar instrumentos públicos de planejamento econômico regional, no país e em toda a bacia amazônica. Adotar políticas públicas diferenciadas e articuladas para, por um lado, reorientar os atuais pólos de dinamismo baseados no setor primário de larga escala e, por outro, vitalizar e ampliar atividades baseadas na biotecnologia, no agroextrativismo, energias alternativas, na identidade regional, no turismo cultural e ambiental.

**JE - Quais os riscos em termos ambientais, econômicos, sociais e geopolíticos a que hoje está submetida a Amazônia?**

Novoa - O maior risco é não podermos mensurar esses riscos, de não termos mais capacidade de confrontá-los, à medida que vamos abdicando do controle público sobre os bens naturais, sobre a água, florestas, biodiversidade e a terra. Um exemplo acabado disso seria a lei de concessão de florestas. Podemos decompor dois conjuntos de ameaças que se articulam: 1) os grandes projetos de infra-estrutura que fortalecem o modelo primário-exportador vigente; 2) as políticas de proteção ambiental voltadas para a governança internacional da Amazônia, que se valem da intermediação de Ongs e de mecanismos de mercado para administrar estoques de capital natural sustentavelmente. Ou seja, é uma forma nova de

incorporar a Amazônia ao capitalismo global, com maior consenso corporativo, com a funcionalização dos órgãos públicos e cooptação de organismos sociais locais.

**JE - O país, em especial, sua capital, Brasília, vive nova onda de denúncias de corrupção. Duas recentes operações da Polícia Federal - Furacão e Navalha - colocam no centro das atenções representantes do Judiciário e, novamente, do Legislativo? Como chegam à população de Rondônia estas notícias?**

Novoa - É preciso lembrar que o funcionamento das instituições locais está seriamente comprometido por esquemas de corrupção. A Polícia Federal efetuou, em 2006, a chamada Operação Dominó, procurando desbaratar uma rede criminosa voltada para o desvio de dinheiro público que envolvia a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Governo estadual e o Tribunal de Justiça. Apesar da prisão inicial das 23 autoridades envolvidas, as investigações e os inquéritos foram sendo setorizados, e o esquema simplesmente mudou de foco. Será nessa estrutura política viciada que se pretende inserir um projeto, que somado à Linha de Transmissão e às eclusas, pode chegar ao montante de R\$ 43 bilhões. Nesse cenário, não haveria como pôr em prática as políticas públicas que, em tese, deveriam acompanhar o projeto das usinas, a fim de gerir, no interesse da população, impactos e repercussões de toda ordem.

**JE - Como sociólogo, em seu ponto de vista a corrupção é um mal endêmico da sociedade brasileira? Qual a abordagem e análise que faz sobre a corrupção no Brasil?**

Novoa - Temos que assumir que o poder político no país foi fragmentado e em grande parte dissolvido por uma estrutura econômica monopolista, que não admite mediações públicas. A esfera política virou lugar para administrar o status quo imediato em que se costuram pactos necessariamente pontuais e transitórios. O novo fisiologismo vai se fincando nas esferas decisórias superiores, para se estabilizar, incluindo as instâncias revisoras no Judiciário, como mostram as últimas operações da PF. A lógica é a da montagem de blocos privado-públicos orgânicos geradores de governabilidade e de negócios de alta lucratividade e baixo risco. Os executivos obtêm maioria congressual transferindo prerrogativas deliberativas ao setor privado, em regime de engorda de clientelas. A corrupção sistêmica é o resultado de uma esfera estatal degradada por máfias político-empresariais e redes econômico-financeiras com papel político ampliado. Esse novo poder, em construção, não aceita critérios públicos, tais como, metas de universalização e de qualificação dos serviços, garantia dos direitos da população, proteção e recuperação do meio-ambiente. Todas estas regras passam a ser fixadas, na prática, por meros contratos, firmados entre governos e privatizadores, sem interferência da sociedade ou seus representantes, tal como vemos exemplarmente no processo de licenciamento das usinas no Rio Madeira. O Estado vai assumindo crescentemente a condição de um balcão de negócios, todos os poderes incluídos.

**JE - O Estado de Rondônia é apontado como de extensas áreas de terra já apropriadas por estrangeiros ou instituições internacionais, inclusive, Ongs e igrejas. Este tipo de informação é procedente ou se trata de campanha subliminar contra direitos fundiários de povos indígenas, ribeirinhos etc.?**

Novoa - O Estado de Rondônia, como fronteira agrícola avançada, corredor de ocupação da Amazônia Ocidental, e eixo potencial de interligação com a região andina e o Pacífico Sul, é um gritante exemplo da fragmentação territorial que aflige o país. Madeireiros, mineradoras,

empresas agropecuárias recortaram grande parte do Estado em feudos privados, impondo suas próprias leis e sanções. Nas áreas de incorporação de novas atividades de exploração, execuções de extrativistas e posseiros são rotineiras. Muitas dessas áreas contam com a cobertura oficial de parlamentares, prefeitos ou do próprio governador, que na área de Rolim de Moura e Alta Floresta tem construído uma série de pequenas centrais hidrelétricas, sem licenciamento e à revelia dos ribeirinhos e povos indígenas afetados. Os grandes projetos previstos para a região, especialmente da forma como foram concebidos e estão sendo implementados, reforçarão ainda mais o poder desses grupos. Cada setor vendo a si mesmo como uma plataforma de riqueza voltada para fora e não como parte de um Estado ou de uma nação a integrar. A alternativa oferecida por organizações e fundos internacionais não é menos preocupante. Recentemente, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), vinculada ao Congresso norte-americano, lançou a Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica, que prevê um financiamento de US\$ 65 milhões para cinco consórcios de Ongs e centros de pesquisa, com atuação na Amazônia. O objetivo declarado dessa iniciativa seria mitigar os impactos ambientais dos grandes projetos sem se opor a eles, promovendo o que eles chamam de uso racional dos recursos. De uma forma ou de outra, a população estaria à mercê de um processo de territorialização patrimonialista e empresarial. A alternativa que estamos tentando construir é o fortalecimento das articulações continentais e regionais de movimentos sociais, como o Movimento da Bacia do Madeira, que reúne organizações de base brasileiras, bolivianas e peruanas em defesa do território comum, em que prevaleça o usufruto coletivo dos bens naturais, formas cooperativas de trabalho e auto-gestão da produção agroextrativista.

(10/7/2007)